

Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau

CHRISTOPH KOHL

Resumo

Contrariando muitas análises, esse artigo argumenta que é elevada a integração nacional em Guiné-Bissau a partir dos “de baixo” e não principalmente como resultado da ação do Estado. O movimento independentista advogou um modelo de “unidade nacional na diversidade étnica”, mas a construção da nacionalidade não foi efetivamente acompanhada por uma edificação estatal bem-sucedida. A invasão estrangeira em 1998-1999 fomentou ainda mais a integração nacional.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Etnia; Estado-nação; Pós-colonialismo; Conflito.

CHRISTOPH KOHL

Professor do Max Planck Institute for Social Anthropology e pesquisador do grupo “Integração e conflito ao longo da Costa da Guiné”, Halle/Saale, Alemanha.



Postcolonial nation-building in Africa: the example of Guinea-Bissau

Abstract

Contrary to many other analyses, this article argues that national integration in Guinea-Bissau is high from the bottom-up and not principally the result of State action. The Independence movement advocated a model of “national unity in ethnic diversity.” Nationality-building did not follow, in effect, successful state construction. The 1998-1999 invasion of the country fomented even more national integration.

Keywords: Guinea-Bissau; Ethnicity; Nation-state; Post colonialism; Conflict.

1 INTRODUÇÃO¹

A Guiné-Bissau, a primeira das colônias portuguesas na África, conquistou sua independência em setembro de 1974. Este evento foi precedido por uma guerra de liberação de cerca de uma década iniciada nos princípios de 1963. A luta armada foi liderada pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), marginalizando movimentos políticos rivais (ver, por exemplo, RUDEBECK, 1974; CHABAL, 1981; LOPES, 1987; DHADA, 1993; SILVA, 1997; 2005). Depois de 1974, o vitorioso PAIGC, de esquerda, estabeleceu um regime de partido único que buscou controlar e comandar a sociedade, a economia e a cultura (FORREST, 1987; 1992; 1993). Em novembro de 1980, a Guiné-Bissau foi sacudida pela primeira deposição política violenta. A partir dos meados dos anos 1980 o país viveu uma liberalização política e econômica. Apesar de esse processo ter culminado na primeira eleição multipartidária livre de 1994 (KOUAWO, 1994; 1996), o país continuou a ser caracterizado pelo autoritarismo político, brigas pelo poder entre as lideranças políticas e militares – resultando em várias tentativas de golpe – e crises socioeconômicas. Um antagonismo entre o Presidente do Estado em exercício e o supremo comandante das forças armadas demitido culminou, em junho de 1998, no conflito militar que durou dez meses. Esse conflito permaneceu em grande medida restrito à área da Grande Bissau (GOMES, 1998; GOMES VIEGAS; KOUAWO, 2000; KOUAWO, 2000; VAN DER DRIFT, 2000; ZEVERINO, 2005). A despeito de a Guiné-Bissau ter retornado à constitucionalidade em 1999-2000, autoritarismo político, golpes e tentativas de golpe, a autonomização do exército, alegado envolvimento de altos oficiais no tráfico de drogas e problemas socioeconômicos têm dominado, desde então, a percepção do país (ver, por exemplo, OSTHEIMER, 2001; KOHL, 2008; 2009b). Essas confusões logo deram lugar a relatos da Guiné-Bissau como um Estado “frágil” (FORREST, 2003; 2010), “colapsado” (ROQUE, 2009) e “fraco”

1 O autor agradece os valiosos comentários e sugestões dos pareceristas. Esta é uma versão modificada de um artigo publicado em *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 20, janeiro 2011.

(OSTHEIMER, 2001; FERREIRA, 2004; 2005; INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2008; 2009a), resultando em tentativas da comunidade internacional de reformar o setor de segurança e outras partes do aparato estatal (ver, por exemplo, ROQUE, 2009; TELATIN, 2009; THALER, 2009; MONTEIRO; MORGADO, 2009). A avaliação do Estado guineense como “frágil”, “colapsado” ou “fraco” é seguida frequentemente – muitas vezes implicitamente – pela convicção de que a heterogeneidade étnica e religiosa do país impede que a Guiné-Bissau forme uma consciência e solidariedade nacional forte, implicando uma fraca ou inexistente integração nacional. Autores têm repetidamente sugerido que a fragmentação étnica detona tensões que podem finalmente levar a conflitos étnicos (ver, por exemplo, INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2009b, p. 2, n. 1, 4, 5, n. 8, 10, 31).

Contrariamente ao *mainstream* acadêmico, defendo a hipótese de que a coesão nacional na Guiné-Bissau é bastante forte – apesar da heterogeneidade étnica. Este artigo busca analisar a nacionalidade guineense, focando na integração nacional tanto “de cima”, quanto “de baixo”. Começo desenvolvendo o marco teórico. Em continuidade, focalizo sobre os fundamentos da nação guineense. Ademais, exploro como representações específicas da cultura crioula – usando o exemplo língua franca crioulo, associações *manjuandadi* e o carnaval – têm contribuído para uma crescente integração cultural “de baixo” desde a independência. Os crioulos têm constituído pequena, mas influente minoria na Guiné-Bissau por séculos (GALLI; JONES, 1987, p. 17-32; HAVIK, 2004). A seguir, mostro como a questão étnica tem sido em grande medida explorada por políticos para servir a seus próprios interesses. Depois, analiso como as pessoas distinguem a nação do Estado. Examinio como os guineenses constroem sua nação desde baixo, ao mesmo tempo em que vitimam a nação em seus confrontos com o Estado. Finalmente, discuto os desdobramentos do conflito militar de 1998-99, explorando como a nação foi, na verdade, amalgamada pelo violento conflito.

Os achados etnográficos são resultado de trabalho de campo socioantropológico na Guiné-Bissau – incluindo Bissau e o interior – de abril de 2006 a maio de 2007.

2 ABORDAGEM TEÓRICA

Minha abordagem teórica se baseia em uma compreensão construtivista tanto da etnicidade quanto do nacionalismo, conforme proposto especialmente por Barth (1969) e Anderson (1999), enfatizando a construção social de tais identidades.

De acordo com Elwert, nações são grupos do “nós” que, em contraste com grupos étnicos, se referem a um Estado existente ou a um que deverá ser formado, implicando assim cidadania. Ele define uma nação de maneira mais geral como uma “[...] organização social (frouxa ou definida) que demanda um caráter duradouro, é tratada pela maioria de seus membros como uma comunidade (imaginada) e se refere a um aparato estatal compartilhado” (ELWERT, 1989, p. 446). A referência a um aparato estatal comum não significa, contudo, que uma nação e um Estado sejam congruentes ou fortemente relacionados um com o outro. Na verdade, as nações expressam sua vontade e objetivo de viver juntas, em princípio, em “seu” próprio Estado-nação. Dada a ausência de homogeneidade cultural e étnica na maior parte dos países africanos pós-independência, discursos populares e acadêmicos têm contestado que essas sociedades heterogêneas constituam nações “de verdade” (KNÖRR, 2008, p. 30-31; 2010, p. 360). Consequentemente, nações africanas têm sido repetidas vezes consideradas como nações artificiais (ver, HILL, 2005, p. 147-148, 151 como um exemplo; confrontar, contudo, YOUNG, 2007, p. 241; KNÖRR, 2008, p. 31; KERSTING, 2009, p. 7).

O Estado moderno idealizado, segundo Weber, pode ser caracterizado – visto duma perspectiva institucional – pela existência duma ordem administrativa e legal e cidadãos do Estado em discussão. No seu território, o Estado – possuindo uma força coercitiva – exerce o monopólio legítimo da violência (WEBER, 1978, vol. I, p. 56, 65). Tilly salientou a colheita e alocação autoritativa de impostos como tarefas do Estado e seu aparelho (TILLY, 1990, p. 74-75, 98-99). Além disso, símbolos, parafernália e rituais (como bandeiras, línguas oficiais, moedas, carimbos, monumentos, feriados nacionais, etc.) constituem mais outras características do Estado (LUND, 2006a, p. 677; 2006b, p. 690-691).

Como mencionado, muitos Estados africanos têm sido qualificados como “frágeis”, “fracos”, “fracassados” ou “colapsados” em anos recentes, principalmente por analistas políticos e econômicos (ver, por exemplo, RENO, 1997; 2005; FERREIRA, 2004, p. 54; VAZ; ROTZOLL, 2005). Apesar dessas avaliações implicarem uma quebra do comprometimento popular com a nacionalidade, as respectivas nações têm, no entanto, sobrevido. Acadêmicos têm, repetidas vezes, indiferenciado entre Estados e nações, utilizando os conceitos como sinônimos (GELLNER, 1998, p. 5-6; BARRINGTON, 2006, p. 4). Todavia, é importante separar analiticamente os conceitos de Estado e nação. Mesmo se um Estado é declarado como completamente “disfuncional” – isto é, o seu funcionamento não corresponde ao modelo europeu clássico no sentido weberiano racional-legal do termo (WEBER, 1978 [1922], vol. I, p. 217-226; ver também BLUNDO; OLIVIER DE SARDAN, 2006b, p. 4-5) – o Estado pode continuar existindo se ele é caracterizado por uma pronunciada identidade nacional e uma fraca identificação da nação com o Estado (YOUNG, 2007, p. 241; KNÖRR, 2008, p. 38). Isto pode ser observado em muitos países africanos – como, por exemplo, na Guiné-Conacri, Serra Leoa e na Guiné-Bissau – onde uma forte imaginação da população como nação está acompanhada por uma fraca identificação com o Estado.

Como observado, os motivos para a insuficiente diferenciação entre a nação e o Estado podem ser encontrados no passado. Os ideólogos europeus do nacionalismo foram convencidos de que as entidades política e nacional (Estado = nação = povo) são congruentes (GELLNER, 1998, p. 1; HOBBSAWM, 1999, p. 22-23). Acreditava-se que uma população ou “nação” cultural e etnicamente homogênea constituía seu próprio Estado – um Estado-nação. Esse modelo europeu clássico da nação tem sido o parâmetro até hoje. Em vez de avaliar os Estados africanos em termos do modelo europeu, nós podemos considerar a África uma arena utilizada para negociar entre diferentes tomadores de decisão internacionais e locais, dando assim origem a conceitualizações variáveis do Estado (por exemplo, um Estado liberal mínimo, um Estado regulatório do bem-estar ou um Estado comandante onipresente). A separação da nação do Estado também é feita por muitos africanos: minha própria evidência etnográfica apresentada a seguir sugere que a nação guineense coloca a si mesma contra o Estado.

3 OS FUNDAMENTOS DA NAÇÃO

Um novo grupo de movimentos nacionalistas ilegais emergiu após a Segunda Guerra Mundial. Muitos deles tiveram vida curta (para uma revisão, ver CHILCOTE, 1972, p. xxxvi, 603-607; DHADA, 1993; SILVA, 1997, p. 28-34; PEREIRA, 2003, p. 80-88, 113-126). Eventualmente o PAIGC obteve sucesso e emergiu vitorioso da guerra de independência. O movimento deveu seu sucesso também ao líder carismático Amílcar Cabral, um cabo-verdiano nascido em Guiné-Bissau. Cabral se destacou devido ao seu *marketing* pessoal efetivo e estratégico e a suas qualidades de liderança (ver CHILCOTE, 1972, p. xlii-xiv). Em contraste com líderes africanos como Touré, Nkrumah ou Machel, Cabral não tentou apagar as identidades étnicas em busca de uma nova identidade nacional. Apesar de estar convencido de que a era dos grupos étnicos na África estava terminada (ver CABRAL, 1976, p. 143), ele não considerava a etnicidade um problema em si mesmo, mas acreditava que ela poderia se tornar um se fosse explorada por oportunistas interesseiros e “destribalizados”. Ele demandou dos guineenses união: “[...] [N]ós, Balantas, Pepels, Mandingos, filhos de cabo-verdianos etc., nós podemos nos unir e avançar juntos [...]” (CABRAL, 1976, p. 145; tradução própria; cf., contudo, CABRAL, 1976, p. 128).

Ao se referir a distintos grupos étnicos “naturais”, Cabral revelava que a heterogeneidade étnica não era um obstáculo à unidade nacional – a despeito do facto de que partes dos Fulas, sobretudo os Régulos, eram intimamente ligados ao poder colonial. Ele estava aparentemente confiante de que os sentimentos étnicos desapareceriam tão logo quanto o novo Estado-nação fosse estabelecido. Parece, portanto, que Cabral apoiava um modelo de “unidade nacional na diversidade étnica” para a nação: de acordo com Cabral, a cultura nacional (patriotismo, desenvolvimento, humanismo, solidariedade, etc.) coexistiria com a cultura popular, que envolve traços culturais tribais. Ainda como afirma, no entanto, a cultura nacional não era uma síntese destes (CABRAL, 1976, p. 106, 232-233; cf. MENDY, 2006, p. 14; WICK, 2006, p. 55-59).

O nascente Estado-nação pós-colonial foi moldado com base em um partido (ver LOPES, 1987, p. 69, 72). Por exemplo, o vitorioso PAIGC transferiu suas próprias estruturas, incluindo aquelas

desenvolvidas para administrar áreas previamente liberadas do domínio colonial, para o território do Estado. Contudo, o novo Estado baseia-se em maior parte em instituições e infraestruturas do sistema colonial português anterior (GALLI; JONES, 1987, p. 74). Por conseguinte, um Estado de partido único, centralizado, autocrático e de esquerda foi estabelecido (ver GALLI; JONES, 1987; FORREST, 1993). Organizações de massa foram responsabilizadas por mobilizar a população. A transformação da sociedade pós-independência caracterizou-se pela vigilância política e estrito controle sobre a esfera econômica, planejamento econômico que envolveu o fechamento relativo da economia para o mundo exterior, um aparato burocrático estendido e a exclusão ou eliminação de quaisquer dissidentes políticos (cf. FORREST, 1992, p. 47-55; 1993; MENDY, 1996, p. 36-37). Como a mídia, escolas e organizações de massa, especialmente em contextos urbanos, eram controladas pelo Estado, os guineenses foram fortemente sujeitos à ideologia estatal, que por sua vez estava fundada principalmente nos ideais de Cabral – mas também numa repressiva doutrina política (GALLI; JONES, 1987, p. 98; FORREST, 1992, p. 53-55). Após a independência, quando os oficiais portugueses deixaram o país, suas posições na administração pública foram tomadas pelos burocratas guineenses que até então ocupavam posições subordinadas. Enquanto as elites de cúpula (líderes políticos e militares) foram substituídas, quase não houve mudanças nos estratos médios da burocracia estatal, ao menos até a introdução da democracia multipartidária no início dos anos 1990 (LOPES, 1987, p. 69, 85-90; CARDOSO, 2002, p. 17-18, 20, 25; SCHIEFER, 2002, p. 153-159).

Daí em diante, a narrativa da luta pela independência foi monopolizada pelo PAIGC. A luta pela liberação nacional tornou-se, conseqüentemente, o mito fundador do novo Estado por haver também unido o povo através das fronteiras étnicas e gerado solidariedade. Lopes (1987, p. 43) afirmou dum ponto de vista idealístico:

O movimento de liberação nacional alcançou uma expressiva mistura de grupos interétnicos. Durante a luta armada as diferentes etnias compartilharam uma causa comum. Elas interagiram. Elas acreditavam nas mesmas palavras. Elas descobriram objetivos coletivos.

Desde a independência, os guineenses têm se referido orgulhosamente à vitoriosa guerra que libertou Guiné-Bissau. Durante sua duração prorrogada, a guerra contra Portugal contribuiu para a derrubada da ditadura portuguesa em abril de 1974.

Desde então, a guerra serviu como exemplo positivo da unidade nacional. Após a independência, tornou-se um tabu normativo falar de “tribos” devido ao medo de fomentar divisões ao longo das linhas do “tribalismo”. Pelo contrário, segundo a ideologia oficial (quer dizer, duma perspectiva normativa), o desenvolvimento nacional devia ser direcionado para o benefício do povo, independentemente da sua filiação étnica (RIBEIRO, 1994/95, p. 3). Contra o pano de fundo desse discurso hegemônico de “unidade nacional na diversidade étnica”, as identidades étnicas foram consideradas como de importância subalterna. Nos anos 1970, por exemplo, um antigo veterano político do PAIGC lembra que a etnicidade foi relegada à esfera cultural:

A questão da identidade nacional dominava completamente os debates ou reflexões dos guineenses de tal modo que o pulsar das etnicidades (das identidades étnicas) ficava relegado para um plano [...] mera ou substancialmente cultural, não propriamente político (SILVA, 2003, p. 152).

A liderança do PAIGC era dominada por indivíduos de classe média de origem urbana, a elite colonial local, incluindo pessoas de origem cabo-verdiana e *kristons* (em Crioulo; literalmente “cristãos”) (LOPES, 1987, p. 90). Sob a dominação colonial os cabo-verdianos eram mal vistos, especialmente pela população rural, em virtude da colaboração de muitos deles com a administração portuguesa. O golpe de 14 de novembro 1980 é, por muitos autores, interpretado como tentativa de despossessar os cabo-verdianos que dominavam a administração sob a liderança do presidente Luís Cabral, ele próprio de descendência cabo-verdiana (CHABAL, 1983; GALLI; JONES, 1987, p. 92-94; FORREST, 1992, p. 38, 56). Alguns elementos da liderança do PAIGC foram influenciados pela ideia originalmente europeia de nação e Estado. Em conjunção com o marxismo anti-imperialista europeu, essa ideologia prometia a liberação do domínio, exploração e jugo colonial. Ao passo em que construíam um Estado pós-independência, líderes do partido se voltaram para traços culturais originalmente crioulos, tais

como o Crioulo, *manjuandadis* e o carnaval, que por consequência se espalharam por toda a Guiné-Bissau – conforme será mostrado na próxima seção. Apesar de anunciar suas intenções de construir uma sociedade totalmente nova e melhor, os líderes partidários não obtiveram êxito em sacudir o passado em duplo sentido: por um lado, eles continuaram a se aferrar a aspectos da sua herança crioula ao utilizá-la para integrar a nova nação, e por outro, eles dependiam de uma ordem social e estatal frequentemente comparável às estruturas cultivadas pelo Estado colonial fascista, como, por exemplo, práticas como a repressão autoritária, monopólio político e o movimentismo de massas empregado pelo partido governante.

4 A INTEGRAÇÃO NACIONAL MEDIANTE EXPANSÃO DAS REPRESENTAÇÕES CRIOULAS

Como mostrei em outro texto (KOHL, 2009a), a cultura crioula se baseia em origens culturais heterogêneas, servindo como um guarda-chuva para povos de origens étnicas diversas. A cultura e identidade crioulas na Guiné-Bissau podem, portanto, ser consideradas como um microcosmo da nacionalidade pós-colonial, ou como uma nação “em miniatura”. Em virtude de não ser ela atribuída a nenhum grupo étnico específico, as representações culturais crioulas provaram-se adequadas a uma expansão por todo o país.

Falarei primeiramente sobre a língua Crioulo: minhas próprias observações sugerem que esta continua a ganhar terreno rapidamente e é atualmente entendida por mais de 80% dos guineenses, mesmo no interior. Atualmente, o Crioulo permanece a língua mais utilizada para comunicação verbal interétnica.

Suas origens podem advir do século XVI e seu desenvolvimento esteve intimamente conectado com a fundação e ampliação dos entrepostos comerciais (ROUGÉ, 1986, p. 36) nominalmente controlados pelos portugueses do meio para o fim do século XIX. Após a virada do penúltimo século, o Crioulo foi propagado por cabo-verdianos que se mudaram para o interior do país (HAVIK, 2007, p. 58-59) – a despeito de tentativas das autoridades coloniais para suprimi-lo (COUTO, 1994, p. 54). No início dos anos 1920, o Crioulo raramente era compreendido no interior. Apenas depois

conseguiu penetrar mais rapidamente, coincidindo com a expansão do domínio colonial e da infraestrutura, o que fez muitas pessoas migrar para as cidades (CARREIRA, 1984, p. 122-123).

A emergência de movimentos nacionalistas nos anos 1950 esteve fortemente ligada aos falantes urbanizados de Crioulo. Quando a guerra de independência estourou no início dos anos 1960, este idioma serviu como um meio crucial de mobilização popular. Durante a guerra, era utilizado como língua de treinamento dos recrutas, bem como o meio de comunicação no crescente número de escolas primárias dirigidas pelo PAIGC. Além disso, o PAIGC também começou a difundir mensagens, propaganda e sua ideologia em Crioulo na “Rádio Liberação” (CARREIRA, 1984, p. 122-123; PINTO BULL, 1989, p. 78, 116-119; COUTO, 1994, p. 59; EMBALÓ, 2008, p. 105).

Contudo, foi apenas depois de 1974 que o Crioulo manifestou plenamente sua importância. Com o seu uso, os diferentes grupos étnicos podiam superar a diversidade linguística prevalecente em Guiné-Bissau, sendo útil ao projeto de construção nacional. Dessa maneira, foi transformado de uma língua comercial em uma língua de resistência e liberação e unidade nacional. Foi, então, declarado língua nacional, falado em todo o território do país (SCANTAMBURLO, 1999, p.16). Amílcar Cabral recusou o ensino em Crioulo e línguas como Fula, Balanta, Mandinka, etc., favorecendo o português como língua escrita na Guiné-Bissau (CABRAL, 1990, p. 59). Ele declarou, percebendo o português como língua unificadora:

O português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas [portugueses, CK] nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo (CABRAL, 1990, p. 59).

Por isso, quando o educador brasileiro Paulo Freire implementou um programa de massas de alfabetização a partir de 1975, foi decidido pelos dirigentes – supostamente contra sugestão dele mesmo – usar português como língua de ensino. Por esta razão, o programa fracassou pois só uma pequena minoria sabia falar e escrever português: 5% de luso-falantes, em contraste com 45% da

população que falava Crioulo naquela altura (KIRKENDALL, 2010, p. 105-113; cf. BENSON, 1994).

Atualmente, o Crioulo não é apenas a “língua da unidade” e comunicação interétnica; é também um meio de “[...] negócios, comunicação prática no trabalho e contatos pessoais em quase qualquer comunidade local” (SANTO VAZ DE ALMEIDA, 1991, p. 3).

Passo agora ao *manjuandadis*: Trajano Filho (1998, p. 399-405) caracterizou esta instituição como baseada nos princípios de assistência mútua e sociabilidade. Em geral, o *manjuandadis* expressa a solidariedade entre seus membros predominantemente femininos ao fornecer ajuda mútua e apoio. Membros estimulam relações amigáveis uns com os outros ao se divertirem juntos, beber, comer e conversar entre si.

Atualmente, os guineenses utilizam a palavra “*manjuandadis*” para se referir tanto a associações permanentes sistematicamente organizadas e redes em grande medida *ad-hoc* de famílias estendidas, como a vizinhos, colegas e amigos frouxamente organizadas. Terceiros frequentemente associam concertos musicais, cantos, danças e a vestimenta de roupas idênticas com a instituição (organizada) do *manjuandadis*.

Até o meio do século XX, associações de *manjuandadis* eram exclusivas de comunidades crioulas. Elas começaram a se espalhar pelo país na época da independência – um processo encorajado quer pelo partido único PAIGC quer pelo Estado independente. A independência significou não apenas um novo começo para o *manjuandadis*, mas também sua gradual transformação em organizações que supostamente deveriam apoiar as políticas do Estado pós-colonial e mobilizar as mulheres (cf. TRAJANO FILHO, 1998, p. 402). Idealmente, todas as mulheres deveriam tomar parte da ala feminina do partido, a União Democrática das Mulheres da Guiné (UDEMU). Como as primeiras líderes da UDEMU tinham familiaridade com a cultura crioula (cf. URDANG, 1979, p. 267-268, 275-276), parecia lógico utilizar o *manjuandadis* para a mobilização de massa (cf. TRAJANO FILHO, 1998, p. 319, 402). Quando a UDEMU convidava para reuniões de *manjuandadis*, as associações deviam comunicar as mensagens políticas com suas canções. Parte da estratégia da UDEMU era mobilizar grupos folclóricos femininos das comunidades muçulmanas da Guiné-Bissau.

A introdução da democracia multipartidária e a subsequente retirada do Estado eliminaram da UDEMU e do PAIGC seu caráter monopólico. Em vista dessas mudanças, o *manjuandadis* teve de encontrar novas fontes de financiamento. As estratégias que foram finalmente utilizadas pelo *manjuandadis* levaram à sua commodificação e politização. Em busca de novos parceiros e fontes de financiamento, o *manjuandadis* estabeleceu laços com outros partidos políticos além do PAIGC, ofereceu-se a prósperas ONGs de modo a comunicar sua agenda e, apoiado por estações de rádio e ativistas culturais, começou a vender com sucesso sua música.

Graças à rápida difusão do idioma Crioulo nas últimas décadas, o termo "*manjuandadis*" tem sido adotado pela população do interior do país. Essas pessoas têm associado a noção a seus grupos etários. Similarmente, representações (tais como créditos rotativos e associações mútuas) baseadas em princípios de sociabilidade, solidariedade e mutualidade são da mesma forma frequentemente abordadas como *manjuandadis*. Tais instituições formais ou informais podem ser encontradas quer na capital, quer no interior – incluindo também, assim, regiões dominadas pelo Islã. A difusão do *manjuandadis* tem ocorrido apesar de uma distinção comum entre o *manjuandadis* cristão e o muçulmano. Em meados dos anos 1990, a vasta maioria dos *manjuandadis* (86%) na Bissau eram multiétnicos em sua composição (DOMINGUES, 2000, p. 466-467).

Chegamos, então, à terceira representação, o carnaval. O que começou como uma representação cultural crioula tem mais recentemente se transformando em um evento de massas que se expande rapidamente para além das fronteiras de antigas comunidades crioulas. Antes uma festividade frouxamente organizada, ela se tornou uma competição estatal logo após a independência. Somente depois, quando o Estado e seu partido governante deixaram sua organização, é que o carnaval se tornou uma celebração nacional. Hoje, o carnaval desfruta de uma popularidade tal que até mesmo em áreas remotas é celebrado.

O Estado unipartidário do pós-independência reorganizou o carnaval como um evento competitivo sob seu domínio no fim dos anos 1970, politizando assim as festividades. De maneira

interessante, o carnaval – que é na verdade caracterizado por sua subversão, desordem, crítica e resistência – transmutou-se em um ritual da estrutura e da ordem. Assim, o carnaval foi transformado em um instrumento de mobilização de massas e para comunicar agendas e *slogans* pelo Estado e seu partido. Contra esse pano de fundo, esta festa eventualmente logrou se espalhar por todo o país, alcançando novos setores da população tanto em termos étnicos quanto geográficos.

A organização de juventude do partido, a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) era a principal responsável pela restauração e reformulação do carnaval. Nesse âmbito, a tomada da sua organização central pelo Diretório Geral da Cultura em 1984 marcou um importante passo rumo a uma maior difusão. Desde os anos 1980, a administração pública gerou novas fontes de renda mediante emissão de licenças para aqueles interessados em fotografar o carnaval ou montar barraquinhas de venda de bebidas e comidas. Além disso, as autoridades têm cobrado taxas de participação sobre aqueles que desejam competir (SIGÁ, 1995, p. 12-14).

A concentração das festividades carnavalescas em Bissau pós-1974 popularizou os festejos entre um grande grupo de migrantes do interior, pois a população da capital tinha crescido visivelmente durante e após a guerra de independência. Essas pessoas, em sua maioria jovens homens e mulheres, continuaram em contato com sua família rural e assim levaram a ideia do carnaval para o campo. Desse modo, o evento se tornou popular no interior (ver também RAMBOUT BARCELOS et al., 2006, p. 189; PINK, 2001, p. 106) – incluindo assim áreas influenciadas pelo Islã –, independentemente das competições oficiais do carnaval. Assim, a transformação integrativa já tinha se tornado visível nesse momento.

No período seguinte à introdução da democracia multipartidária no começo dos anos 1990, o carnaval conseguiu se livrar da intervenção paternalista estatal e parcialmente renovar sua atitude crítica em relação ao Estado e à política, continuando a se espalhar através do país. Hoje é uma festividade que promove a sociabilidade e o convívio entre o povo no nível comunitário, independente das suas afiliações étnicas e para além da esfera das competições oficiais.

Como evidenciado, a expansão do carnaval – um processo que ainda não se completou, na medida em que as festividades continuam a se expandir – tem sido significativamente facilitada por seu caráter multinível. Nessa ótica, a congruência de diferentes significados nele representada depende das diferentes origens culturais individuais dos participantes e observadores. Pessoas de diversas origens, portanto, são capazes de resgatar suas culturas respectivas através de performances carnavalescas. Apesar, ou talvez precisamente devido a esses diferentes significados, o carnaval tem conseguido forjar um sentimento de pertença entre seus participantes.

5 A NAÇÃO E FRAGMENTAÇÕES ÉTNICAS

Vários acadêmicos têm sustentado a ideia de que a nação da Guiné-Bissau não existiria por muito tempo – “[...] não podemos por tudo isso falar de uma nação guineense” (SILVA, 2002, p. 121) – ao apontar para o alto grau de heterogeneidade étnica e religiosa que prevalece na Guiné-Bissau (cf. LYON, 1980, p. 165-166; OSTHEIMER, 2001) para explicar essa falta de identidade nacional. Por anos, acadêmicos e outros observadores têm reforçado a imagem de um país etnicamente dividido e incapaz de atingir a unidade nacional. Em consequência, conflitos sociais na Guiné-Bissau são repetidamente explicados em termos de conflitos étnicos e religiosos.

Eu pretendo seguir uma perspectiva diferente, no entanto, baseada nos conceitos de “etnicidade moral” e “tribalismo político” (cf. BERMAN, 1998, p. 324-330). A etnicidade moral pode ser entendida como um comportamento moral-econômico vertical entre clientelismos político-econômicos sobre bases étnicas, onde “tribalismo político” se refere a competições horizontais entre diferentes redes étnicas de clientelismo (BERMAN, 1998, p. 324-330, 338-339). Contra esse pano de fundo, eu gostaria de argumentar que os políticos na Guiné-Bissau (como aqueles em outros lugares) tentam explorar seus laços étnicos em jogos de poder, buscando assim garantir seu próprio acesso e o das suas respectivas redes ao poder e recursos enquanto eliminam políticos e partidos rivais. Nessa tentativa, os líderes das redes ficam sob pressão dos

seus clientes. Por exemplo, Vigh aponta como as redes clientelistas na Guiné-Bissau normalmente dependem de acesso ao poder e recursos. Esse acesso é muito importante em um país marcado pela possibilidade de mobilidade para cima e para baixo comparativamente rápida. Isto não significa, contudo, que as posições sociais estejam sujeitas à mudança constante na Guiné-Bissau, onde “[...] muitos entendimentos e práticas culturais são relativamente duradouras [...]” (VIGH, 2006, p.145). Deste modo,

[Se uma] rede perde poder como resultado de eleições, conflito ou guerra, o resultado é uma mudança social radical que afeta toda a rede. Uma pequena minoria dentro da rede “demovida” provavelmente terá assegurado a si mesma fundamentos econômicos relativamente sólidos, ainda que a maior parte dos recursos ganhos já tenha sido redistribuída, através de redes políticas e sociais, significando que mudanças políticas envolvem redes e grupos sociais inteiros ficando sem recursos, perdendo posições e possibilidades que dramaticamente afetam sua existência no dia-a-dia (VIGH, 2006, p. 145).

No processo de empoderamento das suas redes, empreendedores etnopolíticos tentam reificar e explorar identidades étnicas. Quando bem-sucedidos, suas tentativas resultam na ficção política de um grupo étnico unificado (BRUBAKER, 2004, p. 37). Na Guiné-Bissau, por exemplo, o ex-presidente Kumba Yalá tem sido frequentemente acusado de manipular e explorar laços étnicos de modo a angariar votos e apoio. Para esse fim, como parte do seu estilo populista, Yalá emprega símbolos e retórica que são bem recebidos pelos Balantas.

O outro lado de tal estratégia de mobilização étnica consiste em campanhas negativas. Durante o processo das eleições presidenciais de 2005, por exemplo, de acordo com meus informantes, João Bernardo “Nino” Vieira tentou inflamar os medos de que seu candidato rival, o muçulmano Malam Bacai Sanhá, chegasse ao poder, alertando as pessoas para resistirem à iminente islamização da Guiné-Bissau. De fato, Vieira foi capaz de obter visível maioria dos votos em áreas caracterizadas por populações não muçulmanas, tais como Biombo (frequentemente considerada o bastião de Vieira) e Bolama (VAZ; ROTZOLL, 2005, p. 540). Simultaneamente, Vieira e sua rede tentaram representar Sanhá como um Mandingo, mesmo com o próprio Sanhá se considerando um Beafada. Isto foi

parte da estratégia deliberada de desacreditar Sanhá aos olhos dos eleitores Fula, já que muitos dos guineenses veem os Fulas como escravos históricos dos Mandingos.

Apesar dessas tentativas de mobilização eleitoral em bases étnicas, a convivência pacífica dos guineenses não foi (ainda?) afetada. Isto se deve a que, segundo argumenta Padrão Temudo, os políticos da Guiné-Bissau fracassaram até o momento em instrumentalizar as etnias como parte de suas estratégias a ponto de resultar em tribalismo político (PADRÃO TEMUDO, 2008, p. 260). Isto significa que as competições horizontais de várias e extensas redes étnicas – que podem fazer com que terceiros creiam que os grupos étnicos formam blocos unificados monolíticos – ainda não existem na Guiné-Bissau.

Até aqui, observadores externos têm sido levados pela retórica grupista dos líderes, ao mesmo tempo em que não percebem as discrepâncias internas ou outras, mais complexas e às vezes cumulativas razões subjacentes (por exemplo, emocionais, econômicas, racionais ou afetivas). No final “[...] altos níveis de associatividade podem ser mais o resultado de conflito (especialmente os de tipo violento) que sua causa subjacente [...]” (BRUBAKER, 2004, p. 45). Em outras palavras, a mera existência de diversidade étnica não leva automaticamente a conflitos violentos.

No referente à Guiné-Bissau, até aqui tem havido apoio limitado à retórica de grupismo étnico e nenhum partido político tem se apresentado abertamente como uma “organização étnica” (PADRÃO TEMUDO, 2008, p. 260). Ademais, mesmo que a maioria dos Balantas tenha votado por Yalá, é pouco terem votado nele de forma unânime. Como os resultados eleitorais sugerem, Yalá obteve apoio significativo de eleitores muçulmanos no segundo turno das eleições de 2000, mesmo no bastião do seu rival Sanhá (RUDEBECK, 2001, p. 71; NÓBREGA, 2003, p. 71). E no segundo turno das eleições presidenciais de 2005, Sanhá e Vieira disputaram cabeça a cabeça na região oriental de Gabu, uma área onde a maioria dos habitantes são Fulas (ver VAZ; ROTZOLL, 2005, p. 540), provando assim que a estratégia de Vieira não foi tão bem-sucedida.

6 A VITIMIZAÇÃO DA NAÇÃO

O Estado pós-colonial tem sido caracterizado por uma “[...] crise e declínio: isto é, por um deterioro político, institucional, econômico e mesmo identitário” (VIGH, 2006, p. 144) por longos anos. Em vista desses desafios, muitos informantes guineenses, especialmente os mais pobres, expressaram seu descontentamento com o Estado e suas ações, ao mesmo tempo em que nostalgicamente relembram tempos melhores no passado. Nesta seção, examinarei como os guineenses continuam a se comprometer com sua nação apesar da sua insatisfação com o Estado.

Em particular, aqueles guineenses excluídos das redes de poder com capacidade de fornecer empregos, benefícios e outras oportunidades de renda têm um motivo para lamentar a grande corrupção que levou ao declínio da Guiné-Bissau, qual seja, lidar com a difícil situação econômica. Essa pobre, despossuída e em desvantagem maioria da população do país levanta sua voz nos “parlamentos dos pobres”, como os descreve Vigh. O termo expressa um espaço social frouxo baseado na amizade, solidariedade e cooperação mútua. Os parlamentos dos pobres são caracterizados não pela ação política, mas pela ironia rotineira, que apenas enfatiza a marginalização social e política dos participantes excluídos e em desvantagem (VIGH, 2006, p. 146-148).

Contrariamente a Vigh, que localiza esse espaço social apenas entre a população urbana jovem, minhas próprias observações sugerem que esse tipo de instituição social de base, em um sentido amplo, pode de fato ser percebido ao largo de toda Guiné-Bissau e englobando todos os grupos etários. De acordo com minhas próprias experiências e observações, os guineenses utilizam esse espaço social para expressar sua raiva diante dos desafios socioeconômicos, de modo semelhante ao de povos de outros lugares, responsabilizando o governo pela má administração, incompetência e corrupção. Ao mesmo tempo, eles se mostram como indefesos, sem poder e vulneráveis em face de um aparato estatal ignorante, egoísta e impenetrável que foi devorado por interesses pessoais e clientelistas.

Como resultado da insatisfação com o aparato estatal guineense, a coesão nacional é alcançada pela autoavaliação discursiva

coletiva guineense como vítimas inocentes de um aparato estatal incompetente, corrupto e anônimo. Em suma, os guineenses tendem a se colocar como uma “comunidade solidária de vítimas”.

Trajano Filho (2002, p. 154-157) descreve essa forma de representar a nação como o “*ethos da koitadesa*”, referindo-se aos guineenses como uma nação de “*koitadis*”. O termo crioulo *koiadesa*, derivado do português, traduz um sentimento de “pobreza”, “infelicidade” e “miséria” (SCANTAMBURLO, 2002, p. 313), ilustrando assim um modo de vida na resignação, pobreza de sofrimento (TRAJANO FILHO, 2002, p. 155-156).

Experiências passadas sob domínio autoritário, tanto em tempos coloniais quanto pós-coloniais, parecem fomentar essa autoafirmação coletiva ao permitir aos guineenses considerarem-se como indefesos e oprimidos.

O Estado colonial foi caracterizado por uma atitude discriminatória em relação ao povo da Guiné-Bissau. Mesmo cidadãos não desfrutavam de liberdades civis plenas, a participação política era restrita e a arena política dominada por organizações controladas pelo Estado. Apesar de o regime ter mudado após a independência, o autoritarismo político permaneceu. O PAIGC, que formou o Estado, continuou a controlar tanto a sociedade quanto a economia por meios repressivos, ao mesmo tempo em que mantinha uma estrutura estatal centralizada e impunha uma doutrinação dogmática aos guineenses.

Assim como nos tempos coloniais, a Guiné-Bissau foi caracterizada por discrepância entre a ideologia oficial e a vida cotidiana. A despeito de a liberalização ter permitido a introdução da democracia multipartidária no começo dos anos 1990, a política segue marcada por uma face autoritária, com contínua violação dos direitos humanos e procedimentos democráticos. Experiências autoritárias na arena política combinam-se frequentemente com uma socialização patriarcal nas famílias estendidas. Em outras palavras, gerações de guineenses têm se acostumado a obedecer a valores e normas sociais e políticas patriarcais. Como minhas observações e conversas com informantes sugerem, os cidadãos se sentem desprotegidos e expostos a ataques hostis – em primeiro lugar e sobretudo vindos do Estado.

Além disso, esse complexo medo consiste de um componente socioeconômico. Enquanto no fim dos anos 1970 e início dos 1980 foram caracterizados por uma falta generalizada de bens de consumo primários, conforme lembrado por meus informantes, os guineenses deparam-se com oportunidades de emprego limitadas, poder de compra reduzido, falta de infraestrutura e práticas corruptas onipresentes por vários anos. Os guineenses se “[...] deparam com um sistema no qual sentem que não podem obter sucesso, mas no qual precisam participar e assim o perpetuam para poder sobreviver” (PINK, 2001, p. 112). O senso de impotência e dependência tem aparentemente sido agravado por projetos e apoios financeiros efetuados pela cooperação internacional. A assistência internacional que seguiu à luta armada do país pela independência após 1974 parece ter transformado os guineenses em “órfãos da ajuda” em uma economia rentista (SCHIEFER, 2002). Assim, observadores têm atestado, os guineenses desenvolveram uma “mentalidade da dependência” (ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 1993, p. 41). Em particular, o tempo imediatamente após o conflito militar foi marcado por forte decréscimo no comprometimento internacional e apoio internacional, o que impactou severamente as fundações socioeconômicas rentistas de muitos guineenses. Como consequência dessas experiências e desenvolvimentos, as pessoas sofrem não apenas física e materialmente, mas também mentalmente devido às estruturas que eles, assim creem, são incapazes de influenciar.

Modelos teóricos que foram criados com base em países europeus pós-socialistas atuam com base no pressuposto segundo o qual as pessoas que foram submetidas a sistemas políticos autoritários revelam uma atitude demandante diante do Estado como um distribuidor todo-poderoso de bens e benefícios; tal Estado também é caracterizado pela busca da igualdade social e preponderância de visões pessoais que se adequam às posições politicamente desejadas (STROHSCHNEIDER, 1996, p. 40).

Experiências coletivas de limitação historicamente forte e politicamente fomentada são capazes de fundir uma nação, dar-lhe coesão. O sentimento de vitimização coletiva tem longa tradição na Guiné-Bissau. Durante a luta de libertação, o PAIGC retratava a

nação guineense em formação como uma coletividade sofrida que fora contida, explorada e oprimida pelo colonialismo português. Mediante esse retrato, o movimento de independência tentava apelar às emoções das pessoas, esperando assim mobilizá-las e conseguir seu apoio.

A vitimização da nação consiste de dois componentes, representando respectivamente dimensões externas e internas. Por um lado, um mecanismo que vagamente se assemelha ao antagonismo balanceado – inicialmente analisado por Fortes e Evans-Pritchard (1940) – que fornece a construção e manutenção de uma fronteira social na tentativa de unir a nação através das fronteiras étnicas e religiosas e colocando-a contra um “outro coletivo” generalizado. Por outro lado, a exploração do sentimento de agonia tenta garantir que a nação seja retratada como uma vítima coletiva sofrendo das crises e agruras socioeconômicas.

Mecanismos similares unem as pessoas na Guiné-Bissau contemporânea, propiciando assim coesão nacional. Como mencionado, políticos e servidores públicos guineenses são vistos pelos cidadãos principalmente como antípodas da nação. Como os cidadãos os tomam como responsáveis pelo autoritarismo político, má administração econômica e descontentamentos sociais, eles não acreditam que esses jogadores políticos estejam servindo os interesses da nação. A “outricidade” dos representantes estatais sob o autoritarismo político e um senso generalizado de privação socioeconômica formam a coluna do discurso subalterno de vitimização coletiva na Guiné-Bissau contemporânea.

7 OS EFEITOS INTEGRADORES DO CONFLITO MILITAR

A dimensão externa do fenômeno social que lembra o antagonismo balanceado foi manifestada durante o conflito militar. Esse conflito é um exemplo importante de como uma população heterogênea pode cerrar filas em face de invasores estrangeiros coletivamente percebidos como inimigos da nação.

O conflito armado irrompeu em 7 de junho de 1998. Seguindo a tentativa de golpe do supremo comandante das forças armadas demitido, Ansumane Mané, e facções do exército sob seu comando, o presidente do Estado Vieira solicitou assistência militar dos

governos do Senegal e Guiné e tropas dos dois países entraram na Guiné-Bissau. O que se seguiu foi um conflito militar que afetou predominantemente a capital Bissau até a paz ser restaurada oficialmente em 11 de maio de 1999. No entanto, o interior da Guiné-Bissau foi afetado especialmente de forma indireta pelo conflito armado.

Ambos os lados em conflito clamavam representar e lutar em nome da nação guineense. Por um lado, a facção de Vieira insistia na constitucionalidade do governo e dependia de acordos existentes de assistência militar mútua firmados com Senegal e a Guiné. Por outro lado, a chamada Junta Militar formada por Mané e seus aliados clamava estar lutando pelo bem-estar da nação e acusava Vieira e seus partidários de corrupção extrema e mau governo. A facção de Mané também enfatizava as más condições de vida e trabalho dos soldados e antigos veteranos da guerra de independência (VAN DER DRIFT, 2000, p. 40-41; RUDEBECK, 2001, p. 18; VIEIRA CÓ, 2001, p. 32, 67-71; ZEVERTINO, 2005, p. 82). Essas autorrepresentações indicam as respectivas lógicas de ação empregadas pelas frentes em luta.

Naquele momento, a maioria da população guineense, contudo, tomou partido pela junta. Isto ocorreu porque as tropas estrangeiras foram largamente consideradas como invasoras e foram assim tratadas como uma ameaça à nacionalidade independente. Um grande clamor e ira popular foram despertados por pesados bombardeios de bairros residenciais e um hospital – pelos quais o exército senegalês foi responsabilizado – e o fato de que os bissauenses tinham de obter permissão do comandante das tropas senegalesas, e não das autoridades guineenses, para deixar a capital.

A história conspirou para defender a coesão da nação guineense, porque tanto os vizinhos Senegal e Guiné, bem como sua antiga metrópole colonial, a França, eram sabidos como tendo interesses no pequeno país localizado entre eles. Já no século XIX a França havia tentado adquirir influência política e econômica na Guiné-Bissau, até então controlada apenas formalmente por Portugal. Comerciantes franceses dominaram o comércio da Guiné-Bissau até o início do século XX (BOWMAN, 1987, p. 98-99) e a França

havia se chocado com Portugal pelo controle de Casamansa, Rio Nunez e Rio Cacine no final do século XIX (ROCHE, 1973, 1985; BOWMAN, 1980, p.165-169, 180; ESTEVES, 1988). Nos anos 1960, a iminente independência do Senegal havia suscitado temores entre os militares portugueses de que a Guiné-Bissau pudesse ser incorporada em uma federação de Estados independentes do oeste africano (HENRI LABÉRY in CHILCOTE, 1972, p. 314; KEESE, 2003, p. 119).

Em 1964, o presidente Touré, da Guiné, planteou demandas secretas sobre grandes porções das águas territoriais da Guiné-Bissau (DAVIDSON, 1981, p. 62). Esses desdobramentos históricos deixaram sua marca na consciência nacional do país. Relatos orais bastante difundidos entre os guineenses continuam circulando e dão conta de que tanto o Senegal quanto a Guiné teriam estado planejando dividir sua supostamente rica vizinha Guiné-Bissau entre eles. Nesse contexto, um número considerável de guineenses acredita que foi Touré o mandante intelectual do assassinato de Amílcar Cabral (ver também FORREST, 1992, p. 38) – uma teoria apoiada por pesquisas jornalísticas (CASTANHEIRA, 1999, p. 277-281) enquanto a maioria das teorias parte da hipótese de que foi a polícia secreta portuguesa que mandou matar Cabral por descontentes membros do PAIGC (ver GALLI; JONES, 1987, p. 70; FORREST, 1992, p. 37-38; DHADA, 1993, p. 46-48).

Os insurgentes sob o comando de Mané foram, portanto, considerados em combate contra um regime largamente responsabilizado por mau governo e a invasão de tropas estrangeiras. A vasta maioria dos guineenses teria apoiado a seguinte afirmativa:

[A] guerra na Guiné-Bissau foi uma guerra entre um presidente e seus aliados estrangeiros contra a maioria dos partidos políticos, contra o parlamento, contra o bispo e todos os atores proeminentes da sociedade civil, e de fato contra o povo da Guiné-Bissau (VAN DER DRIFT, 2000, p. 41; tradução própria).

Desse modo, os guineenses reimaginaram e retrataram a nação como um coletivo vitimizado por ações do Estado. Além disso, os residentes de Bissau que conseguiram fugir como refugiados das operações de combate na zona de conflito encontraram um alto nível de solidariedade dos seus compatriotas no interior.

A solidariedade guineense através de barreiras étnicas e religiosas foi até mesmo intensificada pelo fato de que a comunidade internacional assistia impotente aos eventos em curso. Por exemplo, o Programa Mundial de Alimentos foi incapaz de entregar qualquer comida em Bissau durante os primeiros seis meses da guerra civil (TRAJANO FILHO, 2007, p. 377-378). Abandonados pelos países estrangeiros e sua ajuda, os guineenses devem ter se sentido novamente como vítimas. Além disso, o fato de que soldados e diplomatas franceses apoiaram abertamente a facção de Vieira, alinhados a seus interesses geopolíticos, não apenas aumentou o ressentimento dos guineenses contra a França (ZEVERINO, 2005, p. 104-105), mas também pode ter reforçado a persistente impressão entre os cidadãos de que os países estrangeiros continuam a representar uma ameaça à independência da nação de Guiné-Bissau.

8 CONCLUSÃO

Nesse artigo mostrei como a integração nacional na Guiné-Bissau parece ser bastante forte – apesar dos altos níveis de diversidade étnica e um Estado frequentemente descrito como “fraco” ou “falido”. Em outras palavras, uma integração nacional relativa não deve necessariamente resultar numa construção estatal bem-sucedida.

Interessante foi o papel preponderante dos primeiros anos do Estado pós-colonial na difusão em todo o país das representações crioulas. Ao empregar o Crioulo como meio de comunicação interétnica e o *manjuandadis* e o carnaval como meios de mobilização política de massa, o Estado pós-colonial tornou essas características populares nos primeiros anos – mesmo parcialmente não intencional – em todo o país e através das fronteiras étnicas e religiosas. Sua expansão foi facilitada pelo fato de que essas representações crioulas eram compartilhadas por várias subcategorias étnicas sob um guarda-chuva crioulo.

No tocante à fragmentação étnica do país, os políticos ainda não conseguiram criar um sistema meritório do nome “tribalismo político”. Uma razão para tanto é que a integração nacional “de baixo” e a cooperação interétnica são bastante fortes na sociedade guineense.

Os guineenses distinguem claramente entre Estado e nação. Ao mesmo tempo em que são críticos da performance estatal, eles se identificam como uma nação una. O Estado é severamente criticado pelas massas pauperizadas que se veem como suas vítimas. Por contraste, sua identificação com a nação é bastante pronunciada. Esse sentimento unifica os guineenses através das fronteiras étnicas e religiosas.

Quando o conflito militar irrompeu e forças estrangeiras invadiram a Guiné-Bissau, a nação se uniu contra um inimigo comum, personificado nos exércitos do Senegal, Guiné e França, esquecendo assim quaisquer clivagens sociais, étnicas e religiosas.

O forte compromisso dos guineenses com a nação foi amplamente fomentado pelo movimento de independência do PAIGC. Com base em um modelo de “unidade na diversidade” e “nação como árvore” que descrevia normativamente a nação guineense como um guarda-chuva cobrindo vários grupos étnicos, o PAIGC encorajou ativamente a coesão nacional desde o começo da luta pela libertação. Esses desenvolvimentos foram iniciados pelo Estado pós-colonial em sua tentativa de construir a nação *após* a formação de um Estado independente. Assim, a construção de uma nação e de um Estado independentes na Guiné-Bissau – bem como em muitos outros países africanos – diferiu de modelos europeus tais como Alemanha, Itália e Polônia, onde a construção nacional havia precedido a construção do Estado em 1861, 1871 e 1918, respectivamente.

Tradução: Clayton M. Cunha Filho

REFERÊNCIAS

- ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **O Movimento Associativo Rural na Guiné-Bissau**: evolução e situação actual. Bissau: A.P.D./Solidami, 1993.
- ANDERSON, B. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 1999.
- BARRINGTON, L. W. Nationalism & independence. In: _____. (Org.). **After independence**. Making and protecting the nation in postcolonial & postcommunist states. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006. p. 3-30.
- BARTH, F. Introduction. In: BARTH, Frederik (Org.). **Ethnic groups and boundaries**. The Social Organization of Culture Difference. Bergen & Oslo: Allen & Unwin, 1969. p. 9-38.
- BENSON, C. J. **Teaching beginning literacy in the "Mother Tongue"**: a study of the experimental Crioulo/Portuguese primary project in Guinea-Bissau. 1994. 401 f. Thesis (Doctorate) – University of California, Los Angeles, 1994.
- BERMAN, B. Ethnicity, patronage and the African state: the politics of uncivil nationalism. **African Affairs**, v. 97, p. 305-341, 1998.
- BLUNDO, G.; SARDAN, J.-P. O. de. Why should we study everyday corruption and how should we go about it? In: BLUNDO, G. et al. (Orgs.). **Everyday corruption and the State**. Citizens and public officials in Africa. Cape Town: David Philip, Zed Books, 2006. p. 3-14.
- BOWMAN, J. L. 'Legitimate commerce' and peanut production in Portuguese Guinea, 1840s-1880s. **The Journal of African History**, v. 28, n. 1, p. 87-106, Mar. 1987.
- _____. **Conflict, interaction, and change in Guinea Bissau**: fulbe expansion and its impact, 1850-1900. 1980. 315 f. Thesis (Doctorate in Philosophy of History) – University of California, Los Angeles, 1980.
- BRUBAKER, R. Ethnicity without groups. In: WIMMER, A. (Org.). **Facing ethnic conflicts**: toward a new realism. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2004. p. 34-52.

CABRAL, A. A questão da língua. **Papia-Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, v. 1, p. 59-61, 1990.

_____. **A arma da teoria**. Unidade e luta. Lisboa: Seara Nova, 1976. v. 1.

CARDOSO, C. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. [S.l.]: Centro de Estudos Africanos, 2002. (Coleção Occasional Paper Series, 5).

CARREIRA, A. **Os portugueses nos rios de Guiné (1500-1900)**. Lisboa: Edição do Autor, 1984.

CASTANHEIRA, J. P. **Quem mandou matar Amílcar Cabral?** 3. ed. Lisboa: Relógio d'Água, 1999.

CHABAL, P. Party, State and socialism in Guinea-Bissau. **Canadian Journal of African Studies**, v. 17, p. 189-210, 1983.

_____. National liberation in Portuguese Guinea, 1956-1974. **African Affairs**, v. 80, p. 75-99, 1981.

CHILCOTE, R. H. **Emerging nationalism in portuguese Africa documents**. Stanford: University of California Press, 1972.

COUTO, H. H. do. **O crioulo português da Guiné-Bissau**. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1994.

DAVIDSON, B. No fist is big enough to hide the sky: building Guinea-Bissau and Cape Verde. **Race & Class**, v. 23, p. 43-64, 1981.

DHADA, M. **Warriors at work**. How Guinea was really set free. Niwot, Colorado: University Press of Colorado, 1993.

DOMINGUES, M. M. A. B. **Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau**. 2000. 322 f. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural e Social) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

_____. **A Independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**. Porto: Afrontamento, 1997. (Estudo de História, Direito e Política).

ELWERT, G. Nationalismus und ethnizität. über die bildung von wir-gruppen. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 41, p. 440-464, 1989.

EMBALÓ, F. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. **Papia-Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, v. 18, p. 101-107, 2008.

ESTEVES, M. L. **A questão do Casamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné**. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1988.

FERREIRA, P. M. **Short commentary on Guinea-Bissau's presidential elections: "Óra na Tchiga!" (It's Time!)**. [S.l.]: Institute for Security Studies, 2005.

FORREST, J. B. Anatomy of state fragility: the case of Guinea-Bissau. In: TSCHIRGI, N.; LUND, M. S.; MANCINI, F. (Orgs.). **Security and development**. Searching for critical connections. Boulder, London: Lynne Rienner Publishers, 2010. p. 171-210.

_____. **Lineages of state fragility**. Rural civil society in Guinea-Bissau. Athens: Ohio University Press, 2003.

_____. Autonomia burocrática, política económica e política num Estado 'suave': o caso da Guiné-Bissau pós-colonial. **Soronda**, v. 15, p. 57-95, 1993.

_____. **Guinea-Bissau: power, conflict, and renewal in a West African Nation**. Boulder, San Francisco, Oxford: Westview Press, 1992.

_____. Guinea-Bissau since independence: a decade of domestic power struggles. **The Journal of Modern African Studies**, v. 25, p. 95-116, 1987.

FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (Orgs.). **African political systems**. Oxford: Oxford University Press, 1940.

GALLI, R. E.; JONES, J. **Guinea-Bissau**. Politics, economics and society. London, Boulder: Francis Pinter, Lynne Rienner, 1987. (Marxist Regimes Series).

GELLNER, E. **Nations and nationalism**. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

GOMES, J. C. **Polon di Bra**. Um documento de reflexão sobre uma guerra devastadora, desnecessária e injustamente imposta ao povo da Guiné-Bissau. Bissau: INACEP, 1998.

GOMES VIEGAS, C.; KOUDAWO, F. A crise no PAICG: um prelúdio à guerra?”, **Soronda**, v. 4, n. esp., p. 11-24, 7 jun. 2000.

HAVIK, P. J. Kriol without creoles: Afro-Atlantic connections in the Guinea Bissau region (16th to 20th centuries). In: NARO, N. P.; SANZI-ROCA, R.; TREECE, D. H. (Orgs.). **Cultures of the lusophone black Atlantic, studies of the Americas**. New York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 41-73.

_____. **Silences and soundbites**. The gendered dynamics of trade and brokerage in the pre-colonial Guinea Bissau Region. Münster: Lit., 2004.

HILL, J. Beyond the other? A postcolonial critique of the failed state thesis. **African Identities**, v. 3, p. 139-154, 2005.

HOBSBAWM, E. **Nations and nationalism since 1780**: programme, myth, reality. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Guinée-Bissau**: construire un véritable pacte de stabilité. [S.l.], 2009a. (Policy Briefing / Briefing Afrique, 57).

_____. **Guinea-Bissau**: beyond rule of the gun. [S.l.], 2009b. (Policy Briefing / Africa Briefing, 61).

_____. **Guinée-Bissau**: besoin d'état. [S.l.], 2008. (Africa Report, 142).

KEESE, A. 'Proteger os pretos': havia uma mentalidade reformista na administração Portuguesa na África tropical (1926-1961)? **Africana Studia**, v. 6, p. 97-125, 2003.

KERSTING, N. New nationalism and xenophobia in Africa – a new inclination? **Africa Spectrum**, v. 44, p. 7-18, 2009.

KIRKENDALL, A. J. **Paulo Freire and the cold war politics of literacy**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

KNÖRR, J. Creolization and nation-building in Indonesia. In: COHEN, R.; TONINATO, P. (Orgs.). **The creolization reader**: studies in mixed identities and cultures. Oxford, New York: Routledge, 2010. p. 353-363.

_____. Research Group 'Integration and Conflict in the Upper Guinea COAST'. (Re-) Constructions of National Identity in the Upper Guinea Coast. In: MAX PLANCK INSTITUTE FOR SOCIAL ANTHROPOLOGY (Org.). **Report 2006-2007**. Halle, 2008. p. 30-40.

KOHL, C. **Creole identity, interethnic relations, and postcolonial nation-building in Guinea-Bissau**. 2009. Thesis (Doctorate) – Martin Luther University Halle-Wittenberg, West Africa, 2009a.

_____. Guinea-Bissau. In: MEHLER, A.; MELBER, H.; van WALRAVEN, K.; KAMETE, A. (Orgs.). **Africa yearbook**. Politics, economy and society south of Sahara in 2008. Leiden: Brill, 2009b. v. 5, p. 111-116.

_____. Guinea-Bissau. In: MEHLER, A.; MELBER, H.; van WALRAVEN, K.; KAMETE, A. (Orgs.), **Africa yearbook**. Politics, economy and society south of Sahara in 2007. Leiden: Brill, 2008. v. 4, p. 111-116.

KOUDAWO, F. La guerre des mandjuas. Crise de gouvernance et implosion d'un modèle de résorption de crises. **Soronda**, v. 4, new series, n. esp., p. 153-174, 7 Jun. 2000.

_____. Sociedade civil e transição pluralista na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, F.; MENDY, P. K. (Orgs.). **Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996. p. 67-120.

_____. **Eleições e lições**: esboços para uma análise das primeiras eleições pluralistas na Guiné-Bissau. Bissau: Kusimon, 1994.

LOPES, C. **Guinea-Bissau**: from liberation struggle to independent statehood. London, New Jersey: Zed Books, 1987.

LUND, C. Twilight institutions: an introduction. **Development and Change**, v. 37, p. 673-684, 2006a.

_____. Twilight institutions: public authority and local politics in Africa. **Development and Change**, v. 37, p. 685-705, 2006b.

LYON, J. M. Marxism and ethno-nationalism in Guinea-Bissau, 1956-76. **Ethnic and Racial Studies**, v. 3, p. 156-168, 1980.

_____. Guinea-Bissau: between conflict and democracy. **African Security Review**, v. 13, p. 45-56, 2004.

MENDY, P. K. Amílcar Cabral and the liberation of Guinea-Bissau: context, challenges and lessons for effective African leadership. **African Identities**, v. 4, p. 7-21, 2006.

_____. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: KOUAWO, F.; MENDY, P. K. (Orgs.), **Pluralismo político na Guiné-Bissau**: uma transição em curso. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996. p. 11-65.

MONTEIRO, A.; MORGADO, M. Last chance for security sector reform in Guinea-Bissau. In: IPRIS Viewpoints 1. [S.l.: s.n.], 2009.

NÓBREGA, Á. Desejo de “Cambança”: o Processo Eleitoral de 1999. **Soronda**, v. 7, new series, p. 7-81, 2003.

OSTHEIMER, A. E. The structural crisis in Guinea-Bissau's political system. **African Security Review**, v. 10, p. 45-57, 2001.

PADRÃO TEMUDO, M. From ‘people’s struggle’ to ‘this war of today’: entanglements to peace and conflict in Guinea Bissau. **Africa**, v. 78, p. 245-263, 2008.

PEREIRA, A. **O meu testemunho**. Uma luta, um partido, dois países. Versão documentada. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

PINK, S. Sunglasses, suitcases and other symbols: intentionality, creativity and indirect communication in festive and everyday performances. In: HENDRY, J.; WATSON, C. W. (Orgs.). **An anthropology of indirect communication**. London, New York: Routledge, 2001. p. 101-114.

PINTO BULL, B. **O crioulo da Guiné-Bissau**. Filosofia e sabedoria. Lisboa, Bissau: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1989.

RAMBOUT BARCELOS, M. et al. Masked children in an urban scene: the Bissau carnival. In: OTTENBERG, S.; BINKLEY, D. A. (Orgs.). **African children's masquerades**. Playful performers. New Brunswick, London: Transactions Publishers, 2006. p. 181-206.

RENO, W. The politics of violent opposition in collapsing states. **Government and Opposition**, v. 40, p. 127-151, 2005.

_____. African weak states and commercial alliances.

African Affairs, v. 96, p. 165-185, 1997.

RIBEIRO, C. R. **Os crioulos, as leis e a participação comunitária**. Bissau: [s.n.], 1994/1995.

ROCHE, C. **Histoire de la Casamance**: conquête et résistance, 1850-1920. New edition. Paris: Karthala, 1985. (Hommes et Sociétés).

_____. Ziguinchor et son passé (1645-1920). **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, v. 28, p. 35-59, 1973.

ROQUE, S. **Peacebuilding in Guinea-Bissau**: a critical approach. [S.l.: s.n.], 2009. (Noref Report, 7).

ROUGÉ, J. L. Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa. **Soronda**, v. 2, p. 28-49, 1986.

RUDEBECK, L. **Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000**: um estudo de democratização difícil. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2001.

_____. **Guinea-Bissau**: a study of political mobilisation. Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies, 1974.

SANTO VAZ DE ALMEIDA, S. E. **Crioulo grammar made simple**. [S.l.]: US Peace Corps, 1991.

SCANTAMBURLO, L. **Dicionário do guineense**. Dicionário guineense-português. Bubaque: Fundação para o Apoio ao Desenvolvimento dos Povos do Arquipélago de Bijagós, 2002. v. 2.

_____. **Dicionário do guineense**. Introdução e notas gramaticais. Lisbon, Bubaque: Colobri, Fundação para o Apoio ao Desenvolvimento dos Povos do Arquipélago de Bijagós, 1999. v. 1.

SCHIEFER, U. **Von allen guten Geistern verlassen?** **Guinea-Bissau**: Entwicklungspolitik und der Zusammenbruch afrikanischer Gesellschaften. Hamburg: Institut für Afrika-Kunde, 2002.

SIGÁ, F. Carnaval: a maior manifestação popular da Guiné-Bissau. **Tcholona**, v. 1, p. 11-14, 1995.

SILVA, A. E. D. da. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo. **Cadernos de Estudos Africanos**, v. 9/10, p. 141-167, 2005.

SILVA, F. D. da. **Guiné-Bissau**: páginas de história política, rumos da democracia. Bissau: Firquidja, 2003.

SILVA, M. da C. das N. La transition politique en Guinée-Bissau: les 'sites de mémoire' comme points de relais. In : LANDRY, T.; ZOBEL, C. (Orgs.). **Post-socialisme, post-colonialisme et posterite de l'ideologie**. Paris: Centre d' Études Africaines, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002. p. 97-121.

STROHSCHNEIDER, S. Problemlösen und kultur. Anmerkungen zum theoretischen hintergrund und zur strategie eines forschungsvorhabens. In: _____. (Org.). **Denken in deutschland**. Vergleichende untersuchungen in Ost und West. Bern: Huber, 1996. p. 17-47.

TELATIN, M. Questioning the EU SSR in Guinea-Bissau. **Portuguese Journal of International Affairs**, v. 2, p. 27-35, 2009.

THALER, K. Avoiding the abyss: finding a way forward in Guinea-Bissau. **Portuguese Journal of International Affairs**, v. 2, p. 3-14, 2009.

TILLY, C. **Coercion, capital and european states**: 990-1990. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1990.

TRAJANO FILHO, W. A cooperação internacional e a consciência infeliz. O caso da Guiné-Bissau. In: SILVA, K. C. da; SCHRÖTER SIMIÃO, D. (Orgs.). **Timor-Leste por trás do palco**. Cooperação Internacional do Estado. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. p. 365-382.

_____. Narratives of national identity in the web. **Ethnográfica**, v. 6, p. 141-158, 2002.

_____. **Polymorphic creoledom**: the 'creole' society of Guinea-Bissau. 1998. Thesis (Doctorate) – University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1998.

URDANG, S. **Fighting two colonialisms**. Women in Guinea-Bissau. New York: Monthly Review Press, 1979.

VAN DER DRIFT, R. Democracy: legitimate warfare in Guinea-Bissau. **Soronda**, v. 4, n. esp., new series, p. 37-65, 7 Jun. 2000.

VAZ, N.; ROTZOLL I. C. Presidential elections in Guinea Bissau 2005: a stabilizing factor in a fragile democracy or only a spot test of the state of affairs?. **Afrika Spectrum**, v. 40, p. 535-546, 2005.

VIEIRA CÓ, J. **As consequências jurídico-constitucionais do conflito político-militar da Guiné-Bissau**. Verona: Associação Rete Guinea Bissau, 2001.

VIGH, H. E. **Navigating terrains of war**: youth and soldering in Guinea-Bissau. New York: Berghahn, 2006.

WEBER, M. **Economy and society**: an outline of interpretive sociology. Berkeley etc.: University of California Press, 1978. v. 1.

WICK, A. Manifestations of nationhood in the writings of Amilcar Cabral. **African Identities**, v. 4, p. 45-70, 2006.

YOUNG, C. Nation, ethnicity and citizenship: dilemmas of democracy and civil order in Africa. In: DORMAN, S.; HAMMETT, D.; NUGENT, P. (Orgs.). **Making nations, creating strangers**. Leiden, Boston: Brill, 2007. p. 241-264.

ZEVERINO, G. J. R. **O conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999)**. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2005.